

Turismo e sustentabilidade no espaço rural: proposta preliminar de um protocolo para caracterização e análise de meios de hospedagem

Tourism and sustainability in rural areas: preliminary proposal for a protocol for characterization and analysis of lodging establishments.

Turismo y sostenibilidad en el espacio rural: propuesta preliminar de un protocolo para la caracterización y análisis de alojamientos.

Tatiana Sayuri Jo

Pós Graduanda, FCT/UNESP, Brasil
tatiana.jo@unesp.br

Danielli Cristina Granado Romero

Professora Doutora, UNESP, Brasil
danielli.granado@unesp.br

RESUMO

O turismo é uma atividade relevante para a economia mundial. O ritmo de crescimento nas últimas décadas e seu potencial de movimentar e diversificar economias faz com que a atividade seja apontada como alternativa de desenvolvimento, nas mais diferentes escalas da gestão pública e no meio privado. Mas a forma como se desenvolve preocupa estudiosos da área, que demonstram com frequência, o lado predatório da atividade. Entre suas consequências nocivas estão impactos ambientais e sociais significativos, decorrentes das transformações do espaço, da mercantilização da paisagem, da fragmentação espacial e da segregação socioespacial. O presente trabalho tem como objetivo desenvolver um protocolo para análise da sustentabilidade, em meios de hospedagem situados na zona rural, como forma de contribuir para a Agenda 2030 da ONU. A proposta vai de encontro à meta “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”, inserida no Objetivo 12, “Consumo e produção responsáveis”.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Sustentabilidade. Impactos socioambientais.

SUMMARY

Tourism is a relevant activity for the global economy. The pace of growth in recent decades and its potential to mobilize and diversify economies lead to the activity being seen as an alternative for development at various levels of public management and in the private sector. However, the way it develops concerns scholars in the field, who frequently demonstrate the predatory side of the activity. Among its harmful consequences are significant environmental and social impacts, resulting from changes in space, the commercialization of the landscape, spatial fragmentation, and socio-spatial segregation. The present work aims to develop a protocol for sustainability analysis in rural lodging establishments as a way to contribute to the UN's 2030 Agenda. The proposal aligns with the goal "Develop and implement tools to monitor the impacts of sustainable development for sustainable tourism, which generates jobs, promotes culture, and local products," included in Goal 12, "Responsible consumption and production."

KEYWORDS: Tourism. Sustainability. Socio-environmental impacts.

RESUMEN

El turismo es una actividad relevante para la economía mundial. El ritmo de crecimiento en las últimas décadas y su potencial para movilizar y diversificar las economías hacen que la actividad sea considerada como una alternativa para el desarrollo en varios niveles de gestión pública y en el sector privado. Sin embargo, la forma en que se desarrolla preocupa a los estudiosos en el campo, quienes con frecuencia muestran el lado depredador de la actividad. Entre sus consecuencias perjudiciales se encuentran impactos ambientales y sociales significativos, resultado de los cambios en el espacio, la comercialización del paisaje, la fragmentación espacial y la segregación socioespacial. El presente trabajo tiene como objetivo desarrollar un protocolo para el análisis de sostenibilidad en establecimientos de alojamiento rural como una forma de contribuir a la Agenda 2030 de la ONU. La propuesta se alinea con el objetivo de "Desarrollar e implementar herramientas para monitorear los impactos del desarrollo sostenible para el turismo sostenible, que genera empleo, promueve la cultura y los productos locales", incluido en el Objetivo 12, "Consumo y producción responsables".

PALABRAS CLAVE: Turismo. Sostenibilidad. Impactos socioambientales.

1 INTRODUÇÃO

O ritmo de crescimento do turismo nas últimas décadas e seu potencial de movimentar e diversificar economias faz com que a atividade seja apontada como alternativa de desenvolvimento nas mais diferentes escalas da gestão pública e no meio privado. Tal condição é claramente expressa nas políticas relacionadas ao turismo, as quais buscam promover a atividade no Brasil. Em âmbito federal se destaca o Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo – MTur, que tem como objetivo apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção da atividade nos municípios brasileiros (BRASIL, 2019). Há ainda importantes iniciativas estaduais, como é o caso da Lei Complementar N. 1261, de 29 de abril de 2015, do Governo do Estado de São Paulo, que estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. Além dos esforços dos municípios para atrair visitantes.

O turismo pode ser entendido como “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2001, 38). Essa definição foi dada pela Organização Mundial de Turismo - OMT, em 1994 e é a oficialmente adotada pelos órgãos públicos brasileiros na gestão da atividade.

Mas embora aclamada por seu potencial de dinamizar economias, a realização da atividade turística pressupõe o consumo dos recursos, tanto ambientais, quanto socioculturais de um país (AGÜERO, 2014). Para Cruz (2003), o turismo se caracteriza como uma atividade condicionada à apropriação e exploração do meio ambiente que transforma espaços e se utiliza dos recursos naturais para atender às necessidades e interesses do mercado. E embora trabalhos acadêmicos demonstrem com frequência o lado predatório, sobretudo, quando o que está em pauta é o turismo de massa, os gestores públicos parecem não considerar. E assim, tendem a reproduzir condições que ignoram as consequências nocivas da atividade. Entre elas estão impactos ambientais e sociais, decorrentes das transformações do espaço, da mercantilização da paisagem, da fragmentação espacial e da segregação socioespacial.

O turismo de massa pode ser entendido como:

Uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, consequentemente, que um grande número de pessoas viaje (CRUZ, 2003, p.).

A sazonalidade, a degradação de recursos naturais, a especulação imobiliária, a segmentação territorial, o incentivo a prostituição, o desrespeito à cultura local são exemplos das características e desdobramentos do turismo de massa. E que são acompanhados por outros problemas contemporâneos como o consumo excessivo de bens e serviços, a poluição, o crescimento da frota de veículos, que juntos comprometem significativamente a qualidade socioambiental dos destinos (RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010).

Mas segundo os mesmos autores, quando os princípios de sustentabilidade são aplicados ao turismo pode ocorrer um distanciamento dessa prática nociva, mais comum da atividade para uma forma mais branda. Ruschmann (1997) corrobora ao afirmar que, na contramão do turismo predatório surgiram outras modalidades da atividade, as quais são realizadas por grupos pequenos de pessoas e, que se distinguem das viagens massificadas,

impessoais e realizadas em ambientes artificiais. Assim é o turismo rural, que no Brasil, apesar de tímido, tem apresentado crescimento contínuo. A autora salienta ainda, que essa nova tendência é resultado do desejo dos próprios turistas impulsionados pela maior consciência ambiental da sociedade, mas sobretudo, como consequência da “fuga” do estresse da vida urbana e, que perpassa por uma tentativa de recuperar o equilíbrio psicofísico, em contato com ambientes naturais, durante o tempo de lazer.

O termo sustentabilidade deriva da expressão desenvolvimento sustentável, compreendida como um modelo de desenvolvimento, que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras, também atenderem às suas. (BRUNDTLAND, 1991). Essa definição foi publicada em 1987, no Relatório Nossa Futuro Comum, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas – ONU, como resultado da busca por uma alternativa ao atual modelo de crescimento, que fosse menos predatória. Esse debate foi iniciado anos antes, em 1972, data da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. O evento é considerado um marco na transformação da percepção dos problemas ambientais.

O Turismo sustentável, é entendido pelo Ministério do Turismo, como sendo a “atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro” (BRASIL, 2016). As relações entre turismo e sustentabilidade são consideradas essenciais no Programa de Regionalização do Turismo. Na cartilha do MTur, Regionalização, Sensibilização e Mobilização está apontado que “Os esforços recentes de desenvolvimento do turismo têm buscado incorporar os postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a promoção e a produção de benefícios direcionados às comunidades locais, requerendo desta a participação ativa nesse processo.” (BRASIL, 2019, p.6). Do mesmo modo, outros programas e políticas federais e estaduais buscam incorporar as ideias do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, se insere o turismo no meio rural, como um segmento em expansão em várias regiões do Brasil, que se destaca por seu potencial para gerar desenvolvimento local e, que pode atender aos princípios da sustentabilidade. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver um protocolo para a caracterização e análise de práticas relacionadas à sustentabilidade, em meios de hospedagem situados no espaço rural, com vistas a contribuir para a mitigação de impactos ambientais destes empreendimentos. O instrumento pode atuar ainda, como um roteiro para subsidiar o planejamento e o delineamento de ações, que atendam aos princípios do desenvolvimento sustentável, além de colaborar para a obtenção de certificação ambiental. Assim, a proposta pode colaborar para a Agenda 2030 da ONU, pois vai de encontro à meta “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”, inserida no Objetivo 12, “Consumo e produção responsáveis” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023, s/p.).

Para alcançar os objetivos do trabalho foram realizados levantamento bibliográfico e documental acerca das temáticas abordadas, assim como a análise de materiais de orientação técnica oriundos do Ministério do Turismo e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Em especial, nortearam o desenvolvimento do protocolo, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), do MTur, publicado em 2011 e a Norma ABNT NBR 15.401 Meios de Hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade - Requisitos (ABNT, 2006), além

de trabalhos técnico-científicos. Foram consideradas ainda, as características específicas dos empreendimentos inseridos no meio rural, assim como as especificidades que condicionam a atividade turística nessas áreas, incluindo atenção especial ao patrimônio natural e cultural, que frequentemente integram a paisagem rural e a legislação ambiental correlata.

2 O TURISMO NO MEIO RURAL

A chamada modernização dos meios de produção trazida pela industrialização, deu aos países do hemisfério norte o título de país desenvolvido e criou um senso de desvalorização e atraso no campo. A Revolução Verde, que promoveu a industrialização da agricultura com a mecanização, o “melhoramento” genético e a dependência de insumos, contribuiu para o êxodo rural e a concentração de terras.

No meio rural, os efeitos da globalização podem ser vistos nos processos de abandono e marginalização, derivados da concentração de recursos em espaços considerados mais produtivos e rentáveis. Dessa forma, a pobreza rural, bem como o aumento da miséria nas periferias urbanas, vem sendo motivo de crescente preocupação para os governos e sociedade em geral, já que essas condições trazem novas dificuldades e necessidades às famílias rurais. (ELESBÃO; SOUZA, 2012, P.10).

A intensificação do processo de uma produção pouco diversificada levou ao crescimento da oferta e à estagnação da demanda, o que tornou o setor mais vulnerável e reduziu a renda dos agricultores, principalmente daqueles que mantêm uma pequena produção de base familiar. Moreira (2001) entende que este processo originou dois tipos de reações: desânimo (podendo levar ao êxodo) ou adaptação. No Brasil, a partir da década de 1980, foram percebidas de forma mais expressiva, mudanças nas relações econômicas e sociais no campo, que tiveram como consequência alterações na estrutura agrícola, as quais impedem a descrição da dinâmica do rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que surgem diversas atividades não-agrícolas nesta nova realidade. (SILVA, 1999).

A reprodução de um modo de vida que não é mais estritamente agrário, fez emergir novas práticas entre seus moradores. Esta chamada nova ruralidade, se mesclou com o conceito de multifuncionalidade, que atribuiu um novo olhar sobre a agricultura familiar. E fez com que a economia rural precisasse se diversificar, já que a exploração agrária deixou de ser exclusiva. Nesse processo de diversificação econômica nas áreas rurais, o turismo surge como uma importante alternativa e vem crescendo continuamente e pode exercer um papel positivo, em regiões em que a atividade agropecuária se encontra em decadência (ELESBÃO e SOUZA, 2012; (RAMIRO; GRANADO-ROMERO, 2012). Assim, pode ser entendido como um vetor de desenvolvimento local (PELLIN, 2006). Santos e Almeida (2006) destacam que o turismo rural, pela sua multi função de gerar emprego e renda e promover o intercâmbio entre o campo e o meio urbano, pode contribuir para a prosperidade de regiões menos favorecidas. No entanto, não pode ser considerado como solução definitiva para os problemas latentes do primeiro setor, todavia, pode se constituir como uma adicional nas receitas das famílias do campo, complementar as atividades agropecuárias (NIEHUES, 2006; SANTOS; ALMEIDA, 2006; SEVERINO, 2006; RAMIRO; GRANADO-ROMERO, 2012).

Segundo Campanhola, Silva e Laurenti (2006), a atividade turística na área rural pode permitir conciliar dois objetivos frequentemente conflitantes: o desenvolvimento econômico rural e a conservação dos recursos naturais. Essa visão é corroborada por vários autores, entre eles Pellin (2006) e Severino (2006), que afirmam que a atividade turística no espaço rural tem se destacado, por permitir a conservação de áreas naturais. Fons, Fierro e Patiño (2011) salientam que, na Espanha, os atores do turismo rural estão conscientes de que a qualidade ambiental é o principal elemento para o sucesso da atividade. E acrescentam que a manutenção das áreas naturais originais é o que confere a autenticidade ao cenário rural, apontada pelos turistas, como um dos fatores motivadores na escolha pelo turismo rural.

3 PROTOCOLO PARA CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DE PRÁTICAS RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE NO MEIO RURAL

A partir das análises realizadas foi elaborado um protocolo observacional com 80 questões inseridas em seis campos temáticos, intitulados: 1) Dados do Empreendimento; 2) Atrativos na Região; 3) Requisitos Ambientais para a Sustentabilidade; 4) Requisitos Socioculturais para a Sustentabilidade; 5) Requisitos Econômicos para a Sustentabilidade; e 6) Sistema de Gestão da Sustentabilidade. O campo “1) Dados do Empreendimento” contempla a caracterização geral do empreendimento. E inclui o levantamento de informações como, nome fantasia, localização física e virtual, meios de divulgação e contato com clientes; tipo de hospedagem e número de unidades habitacionais. Além de informações sobre regularização cadastral, como o Cadastro no Ministério do Turismo (CADASTUR) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O segundo campo, “Atrativos na Região” tem como objetivo identificar os atrativos naturais e/ou culturais existentes na propriedade e/ou na região do empreendimento, assim como, verificar se há ações voltadas à manutenção e conservação deles.

No terceiro campo “Requisitos Ambientais para a Sustentabilidade” está agrupado os requisitos ligados à sustentabilidade ambiental, que incluem questões ligadas às fontes, consumo e ações voltadas à redução de energia e água; destinação e tratamento de efluentes; ações para redução de resíduos sólidos, além de sua destinação e disposição final. O levantamento de tais informações, geralmente está presente entre os principais aspectos ligados à sustentabilidade ambiental, analisados nos meios de hospedagem. Tais aspectos foram avaliados nos trabalhos de Agüero (2014), Gonçalvez (2004), Granado e Violin (2013), Vaz, Granado e Silva (2015), Vaz, Granado e Gomes (2015) e Welzel e Brazil (2016). Também são elencados entre as boas práticas ambientais, em documentos de orientação técnica de órgãos vinculados ao turismo, como manuais e programas, publicados pela OMT e MTur, além de normas de certificação, como a NBR 15401/2006.

Mas outras práticas ligadas à minimização de impactos ambientais são também contempladas no protocolo proposto no presente estudo, que inclui ainda no tópico referente à sustentabilidade ambiental, um subitem intitulado “Conservação e Degradação Ambiental”, que tem como objetivo identificar e analisar áreas protegidas na propriedade e na região, além de outros recursos naturais. As questões versam sobre a existência e conservação de nascentes e outros corpos hídricos, o estado das áreas de preservação, assim como sobre a existência de elementos que tenham potencial de estarem vinculados à degradação ambiental. E como último subtópico desse tema está a Educação Ambiental, com questões que buscam informações sobre

divulgação e orientação aos hóspedes e funcionários para uso responsável de recursos como água, energia, para redução e separação de resíduos sólidos, entre outras ações sustentáveis realizadas no meio de hospedagem.

Para o quarto tópico “Requisitos Socioculturais para a Sustentabilidade”, o protocolo propõe a análise de ações relacionadas à equidade de oportunidades para a população da região. E incluem questionamentos sobre a contratação de mão de obra local, compra de insumos de produtores locais e questões trabalhistas, em geral. Também propõe o levantamento de ações voltadas à valorização da cultura local e de apoio a atividades socioculturais, entre outros. Esse campo está subdividido em Aspectos Sociais Trabalhistas, Aquisição de Insumos e Serviços e Patrimônio Cultural.

No quinto campo “Requisitos Econômicos para a Sustentabilidade” do protocolo estão as questões que integram os aspectos econômicos da sustentabilidade, a fim de avaliar a viabilidade e saúde financeira, que permitem a longevidade do empreendimento. Também estão presentes questionamentos, que permitam compreender ações ligadas ao desenvolvimento local e regional, por meio do turismo; e aquelas voltadas à verificação da qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos hóspedes.

O sexto e último bloco temático “Sistema de Gestão da Sustentabilidade” busca investigar a existência de um sistema de gestão ambiental, por meio de informações relacionadas ao estabelecimento de uma política ambiental, definição de metas e responsabilidade social, além de ações de monitoramento e correção de inconformidades, se o sistema estiver implantado.

No processo de construção do protocolo foram considerados requisitos constantes em materiais bibliográficos e técnicos relacionados à temática da sustentabilidade em meios de hospedagem. Destaca-se a contribuição de duas normativas, a NBR 15401, que estabelece requisitos para Sistema de gestão da sustentabilidade, para esses empreendimentos (ABNT, 2006) e o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem - SBClass, do MTur. De ambos foram retirados aspectos ligados ao uso sustentável de recursos naturais, entre eles, à verificação de ações relacionadas à: redução do consumo de energia elétrica; redução do consumo de água; tratamento de efluentes; gerenciamento dos resíduos sólidos, com foco na redução, reuso e reciclagem; conservação dos atrativos ambientais e culturais presentes na área do empreendimento e na região; sensibilização para os hóspedes em relação à sustentabilidade; minimização das emissões de ruídos, de modo a não perturbar o ambiente natural, o conforto dos hóspedes e a comunidade local; e minimização da emissão de gases e odores provenientes de veículos, instalações e equipamentos.

Do ponto de vista social embasaram a elaboração de parâmetros do protocolo proposto, itens presentes nas normativas associados ao: oferecimento de treinamento para funcionários para capacitação profissional e condutas de boas práticas ligadas à sustentabilidade; seleção de fornecedores, levando em conta princípios da sustentabilidade; valorização da cultura local; apoio a atividades socioculturais na comunidade; geração de trabalho e renda para a comunidade local; e promoção da produção associada ao turismo. Sob o aspecto econômico, fundamentaram a proposta questões como a observância de elementos ligados a: viabilidade financeira e sustentabilidade econômica a longo prazo; e ao monitoramento de expectativas e impressões do hóspede em relação aos serviços ofertados.

O campo temático sobre o Sistema de Gestão da Sustentabilidade foi norteado por requisitos constantes na NBR 15401/2006, com parâmetros voltados à identificação de uma

política de sustentabilidade, assim como de funções e metas, ações de monitoramento e correção das inconformidades, quando observadas.

O protocolo proposto se constitui em ferramenta para a caracterização e análise do empreendimento, em relação às práticas de sustentabilidade. Pode ser aplicado, seguindo o método *check list*, por meio de consultas a sites e redes sociais dos empreendimentos, assim como, por meio de observações in loco e entrevista com responsáveis. O rol de parâmetros que nele constam, também pode atuar como um roteiro e/ou referencial informativo para orientar boas práticas relacionadas à sustentabilidade. E assim, desempenhar o papel de difundir e nortear meios de hospedagem inseridos no espaço rural na busca de certificação ambiental. O protocolo pode ser considerado uma forma de oferecer alternativas, que estimulem e possibilitem ao empreendimento, se adequar a métodos, procedimentos e estruturas que se aproximem de práticas mais sustentáveis. Tais informações podem ainda ser usadas para estimular e colaborar com as políticas públicas, no setor do turismo, bem como informar os turistas que adotam a sustentabilidade como um fator de escolha.

A tendência por escolhas mais sustentáveis pelos clientes faz com que a adoção de boas práticas de sustentabilidade seja considerada um diferencial para as empresas que as adotam. Assim, a aplicação do protocolo pode induzir os meios de hospedagem, por meio de uma série de perguntas sugestivas, a buscar por mercados mais exigentes, demonstrando essa vantagem competitiva. Já que a escolha dos clientes pode contribuir para aperfeiçoar a forma como o empreendimento se estrutura.

Destaca-se ainda, que a observância e o atendimento dos requisitos constantes no protocolo podem colaborar para o atendimento de metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da ONU, como mostra o Quadro 1 (Organização das Nações Unidas, 2023, s/p.).

Quadro 1: Relação entre os ODS e os aspectos contidos no protocolo para a análise de práticas de sustentabilidade em meios de hospedagem inseridos no meio rural.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS		INSTRUMENTO SUSTENTABILIDADE	
Objetivo geral	Meta	Item	Assunto
Objetivo 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável	2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	4.5	Alimentos provenientes de produção local
Objetivo 3 Saúde e bem estar	3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo	4.6 3.17 3.20 3.21	Alimentos provenientes de base agroecológica e/ou orgânica Áreas protegidas Contaminação Identificação de grandes empreendimentos
Objetivo 6 Água potável e saneamento	6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água 6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento	3.4 3.5 3.6 e 3.7 3.8 3.9 3.10 3.18 3.19	Fonte de água Consumo Outorga Medidas para a redução do consumo de água Destino dos efluentes Separação dos efluentes Conservação de nascentes Conservação de rios
Objetivo 7 Energia limpa e acessível	7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global	3.1 3.2 3.3	Fonte de energia Consumo Medidas para a redução do consumo da energia
Objetivo 8 Trabalho decente e crescimento econômico	8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	4.1 4.2 4.3 4.4 4.5 4.7 4.8	Contratação local Contratação em situação regular Cuidado com a saúde Serviços de empreendimentos locais Alimentos de produtores locais Ações culturais para a população Fortalecimento da cultura local

Revista de Tecnologia & Gestão Sustentável

ISSN 2764-6769 – volume 2, número 7, 2023

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS		INSTRUMENTO SUSTENTABILIDADE	
Objetivo geral	Meta	Item	Assunto
Objetivo 11 Cidades e comunidades sustentáveis	11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	3.17 Áreas protegidas 4.1 Contratação local 4.5 Alimentos de produtores locais	
Objetivo 12 Consumo e produção responsáveis	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente 12.4 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais	4.6 Alimentos provenientes de base agroecológica e/ou orgânica 3.11 Coleta de resíduos sólidos 3.12 Destinação dos resíduos sólidos 3.13 Coleta seletiva 3.14 Separação de resíduos 3.15 Separação de resíduos para hóspedes 3.16 Destinação dos resíduos orgânicos 3.17 Destinação dos resíduos recicláveis	
Objetivo 13 Ação contra a mudança global do clima	13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	3.23 Orientações aos hóspedes quanto ao uso consciente de energia elétrica 3.24 Orientações aos hóspedes quanto ao consciente de água 3.25 Orientações aos hóspedes quanto à separação dos resíduos sólidos 3.26 Treinamento técnico de funcionários e funcionárias quanto às ações de sustentabilidade 3.27 Treinamento técnico de funcionários e funcionárias quanto às preparação e atendimento às emergências ambientais	
Objetivo 14 Vida na água	14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes 14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis	3.8 Medidas para a redução do consumo de água 3.9 Destino dos efluentes 3.10 Separação dos efluentes 3.12 Destinação dos resíduos sólidos 3.13 Coleta seletiva 3.14 Separação de resíduos 4.6 Alimentos provenientes de base agroecológica e/ou orgânica	
Objetivo 17 Parcerias e meios de implementação	17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias	5.3 Participação do empreendimento em roteiro turístico 5.4 Associação para fortalecimento do turismo local	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - ONU

A meta “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”, inserida no Objetivo 12, “Consumo e produção responsáveis” está diretamente relacionada ao protocolo desenvolvido no presente estudo. Entretanto, observa-se que a ferramenta tem potencial para contribuir com outras dezesseis metas, sendo quatorze inseridas em outros 9 ODS e duas metas, também do Objetivo 12.

A aderência dos parâmetros do protocolo aos ODS indica que as orientações do MTur e da ABNT apontam para a mesma direção do que foi proposto pela ONU, como metas para 2030, na busca por um futuro mais sustentável para as presentes e futuras gerações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é considerado como uma atividade estratégica, indutora de desenvolvimento local e regional. Seu ritmo de crescimento acelerado e contínuo faz com que a atividade seja apontada como solução para muitos dos problemas sociais e econômicos das localidades, sobretudo, em países em desenvolvimento, como o Brasil. Mas como toda atividade econômica

pode gerar impactos ambientais e socioculturais negativos, que devem ser considerados. Buscar estratégias para minimizar os efeitos nocivos podem colaborar para trazer à tona o potencial do turismo para a sustentabilidade, sobretudo em segmentos como o turismo rural.

O protocolo proposto consiste numa proposta preliminar, que pode auxiliar na caracterização e análise de práticas relacionadas à sustentabilidade em meios de hospedagem situados no espaço rural. Seu desenvolvimento foi embasado em materiais bibliográficos e técnicos relacionados à temática, com destaque para duas normativas, a NBR15401, que estabelece requisitos para Sistema de gestão da sustentabilidade, para meios de hospedagem (ABNT, 2006) e o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem - SBClass, do MTur (BRASIL, 2011). Os parâmetros que o compõem têm aderência com vários dos ODS, que foram propostos pela ONU, como metas para 2030, na busca por um futuro mais sustentável para as presentes e futuras gerações, em especial, a meta: “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais”, inserida no Objetivo 12, “Consumo e produção responsáveis”.

O protocolo também pode atuar como um roteiro e/ou referencial informativo para orientar boas práticas relacionadas à sustentabilidade. E assim, difundir e nortear meios de hospedagem inseridos no espaço rural na busca de certificação ambiental. As informações geradas por sua aplicação podem ainda ser usadas para estimular e colaborar com as políticas públicas no setor do turismo, bem como informar os turistas que adotam a sustentabilidade como um fator de escolha. Entretanto, carece de aprofundamento para se tornar uma ferramenta efetiva de avaliação qualitativa e de colaboração ao alcance dos ODS.

5 REFERÊNCIAS

AGÜERO, C.E.C. Elaboración de un protocolo de gestión ambiental para micro, pequeñas y medianas empresas de turismo rural comunitario en Costa Rica, que facilite el proceso de reducción de huella de carbono en sus actividades. TURyDES, v. 7, n. 16, junio/junho 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15401 - Meios de hospedagem — Sistema de gestão da sustentabilidade — Requisitos. 30/11/2006. Disponível em:
http://www.ecobrasil.eco.br/images/IMAGENS/CONCEITOS/ABNT_NBR15401_TurismoSustentavelMeiosHospedagem2006.pdf, acesso em 21/03/2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15401 - Meios de hospedagem — Sistema de gestão da sustentabilidade — Requisitos. 30/11/2006. Disponível em:
http://www.ecobrasil.eco.br/images/IMAGENS/CONCEITOS/ABNT_NBR15401_TurismoSustentavelMeiosHospedagem2006.pdf, acesso em 21/03/2023.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. Cartilha do MTur Regionalização, Sensibilização e Mobilização - BRASIL, 2019

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo e Sustentabilidade - Orientações para prestadores de serviços turísticos, Brasília, 2016

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. Portaria MTur nº 100, 16/06/2011 que Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências. Disponível em:
<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2011/PORTARIA-N-100c-DE-16-DE-JUNHO-DE-2011>, acesso em 21/03/2023.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa De Regionalização Do Turismo. Cartilha 2: Regionalização, Sensibilização e Mobilização. 2019. Disponível em:

Revista de Tecnologia & Gestão Sustentável

ISSN 2764-6769 – volume 2, número 7, 2023

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=120&Itemid=277.
Acesso em: 19 de maio de 2023.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nossa futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G; LAURENTI, A. C. **Agro-tourism as a new income source for the Brazilian small farmers**.

Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em maio de 2006.

CRUZ, R. C. A. Introdução à geografia do turismo. 2ed. São Paulo: Roca, 2003.

FONS, M. V. S.; FIERRO, J. A. M.; PATIÑO, M. G. Rural tourism: a sustainable alternative. **Applied Energy**, v.88, 2011, p. 551 – 557.

GONÇALVES, Luis Cláudio. **Gestão ambiental em meios de hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004.

GRANADO, D.C; VIOLIN, F.L. Gestão ambiental em empreendimentos turísticos inseridos no meio rural no Pontal do Paranapanema. In: THOMAZ, R.C.C. et al. Turismo, Políticas e Dinâmicas no Espaço Rural, 2013.

MOREIRA, M. B. Globalização e agricultura: zonas rurais desfavorecidas. Oeiras, Pt: Celta, 2001.

NIEHUES, V. D. Turismo no espaço rural e sustentabilidade. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p. 95 – 100.

OLIVEIRA, A. ; ELESBÃO, I; SOUZA, M. **Revelando benefícios do turismo rural: Um estudo do roteiro turístico Caminhos da Pedra, Bento Gonçalves, RS**. In VII Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável : turismo rural e agricultura familiar : iniciativas e inovações, 12 a 15 de maio de 2010, Porto Alegre, RS, Brasil/ [coordenação geral Marcelino de Souza, Ivo Elesbão]. Anais eletrônicos. Editora FACOS UFSM. Porto Alegre, RS. Disponível em <https://www.ufgs.br/mercados/sumarios/analise7.pdf> acesso em 21/03/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 17 Goals to Transform Our World. Disponível em <https://www.un.org/en/climatechange/17-goals-to-transform-our-world> .Acesso em 25/01/2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PELLIN, V. Turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: estudo de caso. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p. 125 -134.

RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil (Orgs). Barueri, SP: Manole, 2010. p.25 – 42.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 9^a ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>

SANTOS, E. O.; ALMEIDA, J. A. Agroturismo e turismo rural em propriedades da metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p. 37 – 56.

SEVERINO, F. C. G. **Turismo e conservação no cenário rural no entorno de uma unidade de conservação no município de Luis Antônio (SP)**. 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: Editora UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

VAZ, C. C.; GRANADO, D.C.; SILVA, F.R. A importância da gestão ambiental em meios de hospedagem no espaço rural. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Joinville, SC, 2015. Disponível em: <http://www.univille.edu.br/ptBR/auniville/proreitorias/proex/eventosuniville/eventosacontecendo/IXCBTR/anais/resumosexpandidos/777298>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

VAZ, C. C.; GRANADO, D.C.; GOMES, L.F. Sustentabilidade socioambiental em empreendimentos hoteleiros na cidade de Cuenca – Equador. **Anais do IX Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <https://www.anaisforumturismoiguaçu.com.br/2017/04/anais-2015.html>. Acesso em: 30 de junho de 2023.

WELZEL, E.; BRAZIL, J.L. Gestão sustentável do turismo: proposição de protocolo de práticas e processos de implementação de responsabilidade social corporativa para os meios de hospedagem da grande Florianópolis. **Revista de gestão e Secretariado**, v. 7, n. 2, p 139-165, mai./ago. 2016.